10. SERVIÇOS PÚBLICOS

10.1. Defesa civil

A Defesa Civil atua por meio de um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres, sejam eles de causa natural ou provocados, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

O trabalho da Defesa Civil envolve cinco fases, sendo elas:

1ª Fase – Prevenção: Ações destinadas a reduzir a ocorrência e a intensidade de desastres, por meio da identificação, mapeamento e monitoramento de riscos, ameaças e vulnerabilidades, bem como a capacitação da sociedade.

2ª Fase – Mitigação: Medidas estruturais e não estruturais para limitar os danos e prejuízos visto que não é possível prevenir todos os impactos adversos das ameaças.

3ª Fase – Preparação: Medidas tomadas antecipadamente para assegurar uma resposta eficaz aos desastres, como planos de contingência, simulações, monitoramento, emissão de alertas e a evacuação da população.

4ª Fase – Resposta: Ações de socorro, assistência à população afetada e reabilitação do cenário de desastre com o objetivo salvar vidas e reduzir os danos e prejuízos.

5ª Fase – Recuperação: Medidas tomadas logo após o desastre para reestabelecer a normalidade da comunidade afetada, como a recuperação de serviços essenciais, a realocação de pessoas e ações de reconstrução.

São objetivos da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC:

- Planejar e promover a defesa permanente contra desastres naturais ou provocados pelo homem;
- Atuar na iminência e em situações de desastres;

- Prevenir ou minimizar danos, socorrer e assistir populações atingidas e recuperar áreas afetadas por desastres.

NUPDEC

Os Núcleos de Proteção e Defesa Civil- NUPDECs são grupos formados por moradores voluntários de bairros considerados áreas de risco no Município para prevenir e reduzir a ocorrência de desastres em áreas consideradas de risco. O trabalho é feito em conjunto com a Defesa Civil, que oferece capacitação aos moradores para que tenham condições de auxiliar no reconhecimento de sinais que indiquem situações de risco e para atuarem preventivamente na comunidade.

10.1.1. Mapeamento das áreas de escorregamento no Município

A fim de promover maior segurança para a população, a Prefeitura, com a consultoria da empresa REGEA (Geologia, Engenharia e Estudos Ambientais), vem desenvolvendo o Plano Municipal de Redução de Risco – PMRR, através da reavaliação e atualização do mapeamento das áreas de risco a escorregamento e inundação do Município, previamente estudadas pela Defesa Civil e pela UNIVAP. Tal plano será baseado em critérios e procedimentos para a setorização das áreas previamente reconhecidas e mapeadas como sendo de risco e tem como finalidade subsidiar o gerenciamento dos riscos de escorregamento e inundação no Município, com base em parâmetros técnicos e sociais.

Tal estudo avalia os seguintes fatores, que são considerados como essenciais à análise do risco:

- Tipologia do processo esperado e a sua probabilidade ou possibilidade de ocorrência;
- Vulnerabilidade dos elementos sob risco e
- Potencial de danos

A probabilidade de ocorrência dos fenômenos de instabilidades é estimada a partir da identificação e análise de feições e características do terreno, indicadoras de maior ou menor grau de suscetibilidade, natural e/ou induzida pelas formas de uso e ocupação.

A vulnerabilidade dos assentamentos urbanos está sendo analisada segundo a qualidade construtiva intrínseca aos diferentes padrões construtivos (alvenaria, madeira e misto), e a maior ou menor capacidade relativa dessas casas e seus moradores de sofrer danos em caso de escorregamento.

O potencial de dano será uma estimativa da dimensão dos efeitos danosos (pessoas vitimadas e edificações destruídas), pela probabilidade de ocorrência de uma dada tipologia de escorregamentos na área de risco. Para fins de análise de risco, estima-se o número de moradias que poderiam ser atingidas caso ocorram escorregamentos.

Os principais elementos de análise que estão sendo considerados são:

- Características morfológicas e morfométricas do terreno (altura e inclinação de vertentes e taludes – naturais, de corte e aterro);
- Materiais geológicos e perfil de alteração (solo residual, saprolito, rocha alterada, coberturas coluvionares);
- Estruturas geológicas (foliação, fraturas e outras discontinuidades geológicas);
- Evidências de movimentação (cicatrices de escorregamentos, trincas no terreno, degraus de abatimento, inclinação de árvores);
- Cobertura do terreno (solo exposto, vegetação, culturas, lixo, entulho lançado e aterro); e
- Condições associadas às águas pluviais, concentração de águas superficiais e surgências d'água.

Os critérios utilizados pelo Ministério das Cidades para determinação dos graus de probabilidade de ocorrência de processos de instabilização do tipo escorregamentos em encostas ocupadas estão demonstrados no Quadro 17.

Quadro 17- Probabilidade de ocorrência de processo de instabilização de encosta

GRAU DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO
Risco 1 - Baixo	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de BAIXA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. NÃO HÁ INDÍCIOS de desenvolvimento de processos de instabilização de encostas e de margens de drenagens. É a condição menos crítica. Mantidas as condições existentes, NÃO SE ESPERA a ocorrência de eventos destrutivos no período de 1 ano.
Risco 2 - Médio	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de MÉDIA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Observa-se a presença de ALGUMA(S) EVIDÊNCIA(S) de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipiente(s). Mantidas as condições existentes, É REDUZIDA a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de 1 ano.
Risco 3 - Alto	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de ALTA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. Observa-se a presença de SIGNIFICATIVA(S) EVIDÊNCIA(S) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.). Mantidas as condições existentes, é PERFEITAMENTE POSSÍVEL a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de 1 ano.
Risco 4 - Muito Alto	Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (declividade, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de MUITO ALTA POTENCIALIDADE para o desenvolvimento de processos de escorregamentos e solapamentos. As evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de escorregamentos, feições erosivas, proximidade da moradia em relação à margem de córregos, etc.) SÃO EXPRESSIVAS E ESTÃO PRESENTES EM GRANDE NÚMERO E/OU MAGNITUDE . É a condição mais crítica. Mantidas as condições existentes, é MUITO PROVÁVEL a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período de 1 ano.

Fonte: Ministério das Cidades

10.1.2. Mapeamento das áreas de inundação do Município

Foram mapeados pontos com presença de processos de erosão marginal e solapamento de margens em locais ocupados para identificação dos condicionantes de instabilização, conforme os critérios utilizados pelo Ministério das Cidades.

Quadro 18 - Condicionantes dos processos de instabilização (MINISTÉRIO DAS CIDADES, IPT, 2007b).

CARACTERIZAÇÃO DAS MARGENS DE CÓRREGO
<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de canal (natural/sinuoso/retificado) • Distância da margem • Altura do talude marginal • Altura de cheias • Trincas na superfície do terreno

Esta metodologia propõe a identificação do cenário hidrológico presente em cada área a ser investigada, de acordo com os critérios descritos no Quadro 19 abaixo:

Quadro 19 - Cenários e códigos do processo hidrológico (adaptado de MINISTÉRIO DAS CIDADES, IPT, 2007b).

Processo Hidrológico	Cenário
Processo Hidrológico 1 (PH1)	Enchente e inundação lenta de planícies fluviais
Processo Hidrológico 2 (PH2)	Enchente e inundação com alta energia cinética
Processo Hidrológico 3 (PH3)	Enchente e inundação com alta energia de escoamento e capacidade de transporte de material sólido

A avaliação da vulnerabilidade da ocupação urbana de acordo com seu padrão construtivo apresenta os critérios especificados no

Quadro 20.

Quadro 20 - Critérios para avaliação de vulnerabilidade e respectivos códigos (adaptado de MINISTÉRIO DAS CIDADES, IPT, 2007b).

Vulnerabilidade	Cenário
Alta vulnerabilidade de acidentes (VO1)	Baixo padrão construtivo, onde predominam moradias construídas com madeira, madeirite e restos de material com baixa capacidade de resistir ao impacto de processos hidrológicos.
Baixa vulnerabilidade de acidentes (VO2)	Médio a bom padrão construtivo, onde predominam moradias construídas em alvenaria, com boa capacidade de resistir ao impacto de processos hidrológicos.

Para avaliação do perigo oferecido pelos processos que são deflagrados principalmente pelas chuvas, em relação à distância das moradias ao eixo de drenagem, deve-se considerar o tipo de processo ocorrente na área e o raio de alcance deste processo. A classificação da periculosidade oferecida pelo processo em relação à distância está apresentada Quadro 21.

Quadro 21 - - Classificação da periculosidade oferecida pelo processo em relação à distância do eixo da drenagem e respectivos códigos (adaptado de MINISTÉRIO DAS CIDADES, IPT, 2007b).

Periculosidade	Cenário
Alta periculosidade (PI1)	Alta possibilidade de impacto direto, considerando o raio de alcance do processo.
Baixa periculosidade (PI2)	Baixa possibilidade de impacto direto, considerando o raio de alcance do processo.

Após definidos os níveis relativos de risco pelos critérios supracitados, o risco pode ser estabelecido obedecendo-se aos arranjos apresentados no Quadro 22. Os resultados obtidos por estes arranjos permitem a determinação da probabilidade de ocorrência (classificada de baixa a muito alta) de enchentes ou inundações, apresentada sob a forma de um grau de risco (classificado de 1 a 4) Quadro 23.

Quadro 22 - Grau de risco final, segundo arranjo considerando os cenários hidrológicos, vulnerabilidade das habitações e periculosidade do processo segundo a distância das moradias ao eixo da drenagem (adaptado de MINISTÉRIO DAS CIDADES, IPT, 2007b).

	PI1	PI2
PH1 x VO1	Médio	Baixo
PH1 x VO2	Baixo	Baixo
PH2 x VO1	Alto	Médio
PH2 x VO2	Médio	Baixo
PH3 x VO1	Muito Alto	Alto
PH3 x VO2	Alto	Médio

Quadro 23 - Grau de probabilidade de ocorrência de instabilizações devido a enchentes ou inundações (adaptado de MINISTÉRIO DAS CIDADES, IPT, 2007b).

GRAU DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO
Risco 1 - Baixo	<ul style="list-style-type: none"> • Enchentes e inundações com baixa energia cinética e baixo poder destrutivo (PH1) atingindo moradias de bom padrão construtivo (VO2), situadas em área com alta possibilidade de impacto direto do processo (PI1); • Enchentes e inundações com baixa energia cinética e baixo poder destrutivo (PH1) atingindo moradias de baixo padrão construtivo (VO2), situadas em área com baixa possibilidade de impacto direto do processo (PI2); • Enchentes e inundações com baixa energia cinética e baixo poder destrutivo (PH1) atingindo moradias de baixo padrão construtivo (VO1), situadas em área com baixa possibilidade de impacto direto do processo (PI2); • Enchentes e inundações com alta energia cinética e alto poder destrutivo (PH2) atingindo moradias de bom padrão construtivo (VO2), situadas em área com baixa possibilidade de impacto direto do processo (PI2)
Risco 2 - Médio	<ul style="list-style-type: none"> • Enchentes e inundações com alta energia cinética, alta capacidade de transporte de material sólido e elevado poder destrutivo (PH3) atingindo moradias de bom padrão construtivo (VO2), situadas em área com baixa possibilidade de impacto direto do processo (PI2);

GRAU DE PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> • Enchentes e inundações com alta energia cinética e alto poder destrutivo (PH2) atingindo moradias de baixo padrão construtivo (VO1), situadas em área com alta possibilidade de impacto direto do processo (PI2); • Enchentes e inundações com alta energia cinética e alto poder destrutivo (PH2) atingindo moradias de bom padrão construtivo (VO2), situadas em área com alta possibilidade de impacto direto do processo (PI1); • Enchentes e inundações com baixa energia cinética e baixo poder destrutivo (PH3) atingindo moradias de baixo padrão construtivo (VO1), situadas em área com alta possibilidade de impacto direto do processo (PI1);
Risco 3 - Alto	<ul style="list-style-type: none"> • Enchentes e inundações com alta energia cinética, alta capacidade de transporte de material sólido e elevado poder destrutivo (PH3) atingindo moradias de baixo padrão construtivo (VO1), situadas em área com baixa possibilidade de impacto direto do processo (PI2); • Enchentes e inundações com alta energia cinética, alta capacidade de transporte de material sólido e elevado poder destrutivo (PH3) atingindo moradias de bom padrão construtivo (VO2), situadas em área com alta possibilidade de impacto direto do processo (PI1); • Enchentes e inundações com alta energia cinética e alto poder destrutivo (PH2) atingindo moradias de baixo padrão construtivo (VO1), situadas em área com alta possibilidade de impacto direto do processo (PI2);
Risco 4 - Muito Alto	<ul style="list-style-type: none"> • Enchentes e inundações com alta energia cinética, alta capacidade de transporte sólido e elevado poder destrutivo (PH3) atingindo moradias de baixo padrão construtivo (VO1), situadas em área com alta possibilidade de impacto do processo (PI1)

10.1.3. Conceitos de gestão municipal de riscos

Existem múltiplas concepções e conceitos sobre gestão de risco. No entanto, as modernas concepções de gestão de riscos de desastres sugerem a adoção de eixos (ou diretrizes) de gestão, mais precisamente, de quatro eixos:

Quadro 24 - Conceitos de gestão municipal de riscos (fonte – Relatório preliminar do Plano Municipal de Riscos – São José dos Campos)

EIXOS DE GESTÃO	SUBEIXO
1. Conhecimento do Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação e caracterização do risco • Análise do risco • Monitoramento do risco • Comunicação do Risco
2. Manejo do Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Intervenção corretiva ou mitigação dos riscos • Intervenção prospectiva ou antecipação aos riscos • Proteção financeira ou transferência dos riscos
3. Manejo do Desastre	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação e execução da resposta • Preparação e execução da recuperação
4. Arranjo Institucional-legal	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação intersetorial (público, privado e sociedade civil) • Suporte legal

10.1.5. Alterações recomendadas para a legislação municipal

Para dar suporte e regulamentar as atividades de gestão do risco, é necessário incorporar na legislação municipal a temática da redução de risco de desastre em conformidade com a Lei Federal 12.608/2012. Essa proposta contempla simultaneamente o eixo relativo à redução do risco e o eixo destinado ao arranjo institucional-legal, pois a referida lei determina que ações de proteção e defesa civil (inclusive a gestão do risco) devem se integrar as demais ações setoriais.

A legislação municipal deve contemplar o processo de eliminação de risco pela remoção dos moradores e interdição de imóveis, garantindo a integridade física da

população e evitando a criação de novas áreas suscetíveis a desastres. Recomenda-se, em especial, a incorporação dos seguintes textos da legislação federal:

- *É vedada a concessão de licença ou alvará de construção em áreas de risco indicadas como não edificáveis no plano diretor ou legislação dele derivada (Artigo 23 da Lei 12.608/2012);*
- *É vedada a aprovação de projeto de loteamento e desmembramento em áreas de risco definidas como não edificáveis, no plano diretor ou em legislação dele derivada (Artigo 12,§3º da Lei 6.766/1979, acrescido pelo Artigo 27 da Lei 12.608/2012).*

Recorrentemente, a Lei Federal 12.608/2012 manifesta a necessidade da revisão do Plano Diretor com incorporação das informações de áreas de risco.

Além disso, a legislação municipal deve dar suporte à implementação de uma política municipal de gestão de risco de desastres, de forma que, como citado anteriormente, proporcione segurança jurídica a todas as instâncias e atores envolvidos.

10.1.6. Matriz institucional para a gestão de riscos de desastres em São José dos Campos

A construção de um modelo de gestão municipal de riscos deve ser um processo contínuo de avaliação e de seleção criteriosa de propostas e ações, de definição de diretrizes e de incorporação de avanços legislativos, tecnológicos e políticos. Através da avaliação de experiências municipais, das recomendações de especialistas e da simples observação da legislação, pode-se assinalar algumas diretrizes básicas para a gestão de riscos de desastres:

- A política responsável pela gestão de riscos deve estar integrada às demais políticas públicas;
- Deve-se priorizar as ações preventivas e mitigatórias;
- Adotar abordagem sistêmica das diversas fases de gestão de risco;
- As decisões políticas devem ser referenciadas em critérios técnicos;

- Estabelecer parcerias com a sociedade civil, especialmente com as comunidades expostas a riscos;
- A gestão de riscos deve ter estrutura organizacional que garanta a transversalidade das ações, devido à temática multidisciplinar e à execução intersetorial;
- As políticas de gestão de riscos devem ter continuidade, prevalecendo ante à alternância de governos.

Dentre as diretrizes gerais da “Ação Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários”, contida no PMRR, é citado: o “comprometimento do Município beneficiado com a criação de uma estrutura administrativa para o gerenciamento de áreas de risco, com equipe multidisciplinar, responsável pela implementação de medidas não estruturais, que incluam ações de monitoramento e controle urbano, mobilização e preparação das comunidades para autodefesa, mapeamento de risco acompanhado de diretrizes de intervenção e montagem de planos preventivos ou de contingência”.

10.1.7. Áreas de risco de escorregamento e áreas de risco de inundação em São José dos Campos

Quadro 25 - Áreas de risco de escorregamento em São José dos Campos

Local	Setores (quantidade de áreas atingidas)	Tipo de Risco
Dona Nega / Morro dos Macacos	5	R2, R3, R4
Rua Dona Linda / 4ª Travessa do Freitas	3	R2, R3, R4
Jardim Guimarães / Travessa Guarani	2	R3, R4
Chácara Havaí	7	R2, R3, R4
Chácara Araújo	6	R2, R3, R4
Águas de Canindú	8	R2, R3, R4
Santo Ângelo / Recreio Boa Vista	4	R2, R3, R4
Buquirinha I	9	R2, R3, R4
Buquirinha II / Pedra d'Água I	5	R2, R3, R4
Chácara das Oliveiras	5	R2, R3, R4
Mirante do Buquirinha	4	R2, R3, R4

Local	Setores (quantidade de áreas atingidas)	Tipo de Risco
Altos do Caeté	2	R2, R3
Chácara Taquari	4	R2, R3, R4
Chácara dos Florindos	2	R2, R4
Chácara Miranda	5	R2, R3, R4
Fazenda Boa Vista	5	R2, R3, R4
Rio Comprido	1	R4
Bairro dos Remédios	1	R3
Olaria	1	R2
Chácara Bonsucesso	2	R2, R3
Costinha	2	R3, R4
Chácara Turvo	2	R3
Vertentes do Jaguari	1	R2
Fazenda Caeté II	2	R2, R4
Freitas	1	R2
Jardim das Indústrias	3	R3, R4
Jardim Santa Cecília I	1	R3
Jardim Santa Cecília II	4	R2, R3, R4
Pedra d'Água II	3	R3, R4
Chácara Recanto dos Tamoios	2	R3
Ch Santa Luzia / Tv Sandra Rebeca	1	R3
Capuava / Chácara das Nações	1	R2
Vila Nair	1	R3
Vila Luchetti (São Bento)	3	R2, R3
Colinas de São José	2	R2, R3

Fonte: Avaliação de Áreas de Risco do Município de São José dos Campos. Relatório preliminar do Plano Municipal de Riscos – IPPLAN. 2016. São José dos Campos

Quadro 26 - Áreas de risco de escorregamento em São José dos Campos

ÁREAS DE RISCO DE INUNDAÇÃO		
Local	Setores (áreas atingidas)	Tipo de Risco
Jardim do Lago	1	R3
Vila Corinthinha	1	R1
Sapé II	1	R1
Capuava	1	R1
Vila Guarani	2	R1, R2
Costinha	1	R1
Mirante do Buquirinha	1	R1
Jardim Guimarães / Travessa Guarani	1	R2
Sítio Bom Jesus	1	R1
Jaguari / Olaria	1	
Vila Cândida	1	R3
Bengalar	1	R2
Barro Preto	1	R1
Orla do Paraíba / Vila Pena / Rodhia / Machado	2	R1, R2
Primavera II	1	R1
Rio Comprido	1	R1
Jardim Nova Detroit	1	R1
Buquirinha	1	R2
Santo Ângelo	1	
Loteamento Cambucá	1	R2

Fonte: Avaliação de Áreas de Risco do Município de São José dos Campos. Relatório preliminar do Plano Municipal de Riscos – IPPLAN 2016. São José dos Campos

10.2. Guarda civil municipal

A Guarda Civil Municipal (GCM) de São José dos Campos é uma instituição pública, de caráter civil, uniformizada e armada, que atua de forma a garantir a segurança do Município. Foi criada em 6 de janeiro de 1988, de acordo com a Lei Municipal 3.298, revogada pela Lei Complementar 359, de 12 de maio de 2008, com a implantação da carreira única.

Nos dias de hoje, sua atuação se reveste de versatilidade com a Lei Federal 13.022, de 8 de agosto de 2014, que dota as Guardas Municipais de poder de polícia, ampliando a importância de sua ação na esfera da segurança pública dentro da sua municipalidade. Além de zelar por bens, serviços e instalações públicas, faz o

policciamento preventivo, atende ocorrências criminais, de maneira a orientar, advertir ou prender em flagrante delito.

O efetivo da GCM é formado por 308 guardas (setembro de 2016). O grupo conta com base móvel, viaturas, motos e equipamentos de segurança e comunicação. Em 2014, uma parceria com o governo federal permitiu à corporação receber novas viaturas, motocicletas, pistolas de eletrocondutividade (choque) e ampolas de gás de pimenta.

A corporação mantém seu efetivo 24 horas nas ruas e faz o policiamento comunitário das escolas municipais. Além disso, apoia e integra operações conjuntas de atividades de fiscalização e ordenamento urbano, coíbe atos de vandalismo, zela pela estética urbana e promove a segurança pública em eventos oficiais.

A Guarda Municipal realiza o Programa Escola Segura, tendo como principal objetivo promover a segurança da comunidade estudantil. Os guardas fazem o policiamento de todas as escolas da rede municipal de ensino nos horários de entrada, intervalo e saída dos alunos. Dentro das escolas, promovem palestras educativas relacionadas à segurança e ao combate à violência, ao tráfico e ao uso de drogas. Desta maneira, é realizada a aproximação entre os alunos e a corporação, favorecendo o diálogo e a confiança da comunidade escolar.

10.2.1. Centro de Operações Integradas - COI

O Centro de Operações Integradas tem a função de monitorar todas as regiões da cidade através de câmaras de segurança. Atualmente, o Município possui 491 câmeras de segurança operando em sinal digital e distribuídas nas principais avenidas e centros comerciais de todos os bairros da cidade.

Além do monitoramento através das câmeras, o COI também administra e monitora sistemas de alarme eletrônicos instalados em estabelecimentos públicos municipais e gerencia o emprego da frota oficial em atendimentos de emergência por meio de tablets com GPS instalados nos veículos oficiais que transmitem seus dados ao COI dados via satélite.

O atendimento às ocorrências integra a Guarda Civil Municipal, Defesa Civil, Polícia Militar, Secretaria de Transportes, Secretaria de Saúde e Secretaria de Desenvolvimento Social.

10.3. Fiscalização e posturas municipais

Responsável por manter a ordem e organização do Município de forma a garantir o cumprimento das leis relacionadas às atividades desenvolvidas na cidade em várias áreas. O trabalho de fiscalização está dividido em quatro setores:

- **Abastecimento:** fiscaliza o uso e ocupação dos bens e espaços públicos, como feiras livres e demais feiras, Mercado Municipal e campanhas como as vendas de finados, a campanha do peixe na Semana Santa e campanha de vacinação de bovinos entre outras.
- **Áreas irregulares:** realiza a fiscalização de loteamentos clandestinos, invasões de áreas públicas, construções em áreas de risco e núcleos de favelas.
- **Assuntos fiscais:** gerencia a fiscalização de estética urbana e publicidade ao ar livre, contemplando a limpeza e manutenção de terrenos baldios ou edificados com relação à conservação, remoção de resíduos sólidos e reforma/construção de mureta e calçada. Assim como a fiscalização dos loteamentos em implantação e obras particulares quanto ao licenciamento (alvará de construção).
- **Posturas Municipais:** vistoria estabelecimentos comerciais, industriais, de serviços e entidades no que diz respeito à licença de funcionamento (jurisdição municipal), além de fiscalizar a ocupação e o exercício de atividades em logradouro público, como shows, exposições, parques e comércio ambulante.

10.4. PROCON

O Procon de São José dos Campos foi criado em 16 de agosto de 1988 pela Lei Municipal 3.369/88. O primeiro convênio com a Fundação Procon São Paulo foi estabelecido em 1989 e vem sendo renovado consecutivamente, sendo o último assinado em 22 de maio de 2014 com validade de cinco anos.

Em 15 de dezembro de 2014 a sede do Procon foi transferida para o prédio do antigo Fórum, na rua Paulo de Setúbal, o que trouxe considerável melhoria no processo de atendimento aos consumidores, aprimoramento da capacidade técnica e maior celeridade na solução dos conflitos.

Em novembro de 2014, o Município assinou, junto à Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, o Fórum Nacional de Juizados Especiais, a Febraban e

várias empresas o “Pacto pela Solução e Prevenção de Conflitos de Consumo”, que tem, entre outros objetivos, ampliar o acesso do consumidor aos instrumentos extrajudiciais para a solução de conflitos de consumo e fortalecer a tutela administrativa exercida pelos órgãos de defesa do consumidor.

A presença do Procon no Município trouxe grande benefício aos cidadãos possibilitando maior equilíbrio nas relações de consumo.

Desde 2012 os dados de atendimentos do Procon Municipal estão integrados com o SINDEC – Cadastro Nacional de Reclamações, mantido pelo Ministério da Justiça em parceria com os Procons Estaduais.

A Tabela 54 apresenta a evolução recente no número de atendimentos e audiências realizados pelo Procon Municipal, indicando um expressivo aumento nos anos de 2015 e 2016 após a mudança para a nova sede.

Tabela 54 - Atendimentos e audiências realizados pelo Procon Municipal 2012-2016 (até agosto)

Ano	Nº de atendimentos	Audiências	Total
2012	17.198	2.604	19.802
2013	24.976	4.121	40.097
2014	39.480	4.560	45.040
2015	46.730	6.244	52.974
2016 (até agosto)	45.436	4.036	49.492

Fonte: PROCON -SJC

10.5. Manutenção da cidade

A Secretaria de Manutenção da Cidade - SMC realiza diversas tarefas de cuidados da cidade, como capina do mato nas guias e sarjetas, poda de árvores, manutenção de vias públicas, áreas verdes e praças, limpeza e desobstrução de bueiros e bocas de lobo e recolhimento do lixo das lixeiras.

Conta também com um Departamento de Concessionárias que atua na fiscalização das redes de água, esgoto, gás, telefonia fixa e móvel e iluminação pública.

É responsável pela administração dos Pontos de Entrega Voluntária – PEV que são áreas públicas instaladas em locais adequados, cuidadosamente escolhidos para receber resíduos de construção de pequenos geradores, como sobras de reforma ou

demolição, móveis e equipamentos domésticos, sobras de podas de jardim, pilhas, baterias, pneus e óleo de cozinha entre outros.

A SMC desenvolve atualmente o Programa Minha Praça de Volta, que tem por objetivo cuidar de toda a manutenção das praças para que sejam locais agradáveis e seguro às comunidades. O programa visa recuperar as praças abandonadas, principalmente dos bairros mais distantes, para que as famílias voltem a frequentar os locais com tranquilidade.

10.6. URBAM

A Ubanizadora Municipal – URBAM, sociedade de economia mista que tem a Prefeitura de São José dos Campos como sua acionista majoritária, é responsável por realizar a gestão integrada da limpeza urbana, envolvendo a varrição das vias públicas, o sistema de coleta de resíduos e todo o processo de tratamento e disposição final destes resíduos na Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos – ETRS. A estação, instalada em uma área física total de 481.246 m², compreende o Centro de Triagem de Recicláveis, o Aterro Sanitário (com 440.688 m²) e a Estação de Tratamento de Biogás, além Central de Operações da Coleta, transbordo de resíduos críticos (lâmpadas fluorescentes, pilhas, baterias, gesso, amianto, pneus inservíveis, resíduos eletrônicos, latas de tintas e solventes) e transbordo de resíduos de serviços de saúde.

A atuação da URBAM abrange ainda todo o Serviço Funerário da cidade e a administração dos Cemitérios, Terminais Rodoviários e Estádio Martins Pereira.

Em contratos firmados com a Prefeitura, a URBAM executa obras civis como construção e reforma de prédios públicos, unidades do Programa Habitacional, obras de terraplenagem e drenagem e melhorias viárias como recapeamento e construção de ciclovias.

Desde junho de 2015 a URBAM é responsável pela manutenção da iluminação pública das vias e logradouros da cidade.

10.7. Sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto

10.7.1. Sistema de abastecimento de água

Desde 1976, quando aderiu ao PLANASA, o Município de São José dos Campos vem sendo atendido pela SABESP nas questões de abastecimento de água e esgotamento sanitário através do contrato de concessão.

O sistema de abastecimento de água de São José dos Campos é composto por três subsistemas de abastecimento; subsistema Paraíba ou SEDE, subsistema Eugênio de Mello e subsistema São Francisco Xavier, estando projetado para atender uma demanda aproximada de 750.000 habitantes.

O subsistema Paraíba (Sede) é o principal alimentador do Município, com uma capacidade de produção de água de 2.626 l/s, sendo de manancial superficial 1900 l/s do Rio Paraíba do Sul e 12 l/s do Rio das Couves. Os demais 714 l/s são originários de aquífero subterrâneo por meio de quarenta e oito poços tubulares profundos. Esse subsistema misto atende as regiões Centro, Sul, Norte, Oeste e Leste da cidade, contando aproximadamente 2.000 km de adutoras e redes de distribuição, atendendo a 185.296 ligações (ativas) de água, com o correspondente a 257.979 economias.

Localizado na região Leste de São José dos Campos, o subsistema Eugênio de Melo atende os bairros de Jardim das Flores, Residencial Galo Branco, Jardim Ipê, Jardim Itapuã, Residencial Ribeira e Residencial Righi, utilizando-se do sistema misto de água de manancial subterrâneo e manancial superficial.

O subsistema São Francisco Xavier de abastecimento de água dista cerca de 40 km da sede, utilizando em sua produção água de manancial superficial junto ao Rio das Couves, com capacidade nominal de produção igual a 12 l/s. A água bruta, captada junto ao Rio das Couves, é direcionada por gravidade para a Estação de Tratamento de Água, que é composta de filtro rápido pressurizado, sistema de cloração e fluoretação.

São componentes destes sistemas vinte e três unidades de tratamento de água, sendo duas ETA's (uma ETA convencional, uma ETA compacta com filtro de pressão e vinte e uma unidades de tratamento com cloração e fluoretação), quarenta e nove estações elevatórias de água bruta, sendo quarenta e oito captações subterrâneas e uma captação superficial, oitenta estações elevatórias de água e 2.000 km de redes e adutoras do sistema de distribuição de água tratada, em diâmetros de 50 a 900 mm,

atendendo a 185.296 ligações (ativas) de água com o correspondente a 257.979 economias.

O sistema de água de São José dos Campos conta com tecnologia de monitoramento através de Centro de Controle Operacional – CCO. Este CCO, por meio de seus operadores, além do monitoramento contínuo e registrado, possibilita intervenções complexas nas dosagens de produtos químicos, níveis de reservatórios e pressões nas redes de distribuição, sendo hoje um fator relevante para a operação e diagnósticos dos sistemas; possibilitando inclusive a paralisação do sistema de produção (ETA) da sede do Município no horário sazonal. A qualidade de água distribuída para a população segue padrão de potabilidade pré-definido por legislação específica, com parâmetros de controle, frequência de coleta, número de análises, demonstrativos e publicações, atendendo às legislações vigentes, dentre elas, ao Decreto Federal do Ministério da Saúde 5.440 de 2005, à Resolução Federal do Ministério da Saúde – Portaria 2.914 de 2011, à Resolução Estadual Secretaria de Saúde SS 250 de 1995, à Resolução Estadual Secretaria de Saúde SS 293 de 1996, à Resolução Estadual Secretaria de Saúde SS 4 de 2004 e à Resolução Estadual Secretaria de Saúde SS 65 de 2005.

Atualmente, os índices de abastecimento de água são de 100 % de cobertura e 98% de atendimento de água.

Obras realizadas no período do contrato de programas:

- **2009 – 2012 (regiões Sul e Leste)**

Construção de Reservatórios (seis unidades), Boosters (cinco unidades), Estações Elevatórias de Água Tratada (uma unidade) e Adutoras (30,0 km).

Para ampliação do sistema das regiões Sul e Leste do Município

- **2012 – 2013 (regiões Leste e Norte)**

Construção de Reservatórios (quatro unidades), Boosters (quatro unidades), Estações Elevatórias de Água Tratada (duas unidades) e Adutoras (33,4 km).

Para ampliação do sistema da região Leste do Município

10.7.2. Sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários

O esgotamento sanitário do Município de São José dos Campos, na Sede e nos Distritos é feito através de três subsistemas: subsistema Lavapés, subsistema Pararangaba e subsistema São Francisco Xavier.

Esses subsistemas atendem as bacias naturais de esgotamento dos diversos rios/córregos presentes no Município.

O sistema de esgotamento sanitário é composto de estações elevatórias de esgoto, redes coletoras, interceptores, emissários e estações de tratamento de esgotos.

O Município conta, atualmente, com 99% de cobertura e 95% de atendimento com rede coletora de esgotos e 100% de tratamento de esgotos coletados. A área não atendida refere-se aos loteamentos irregulares.

Estações de Tratamento

O Subsistema Lavapés contempla as bacias de esgotamentos formadas pelos Córregos Lavapés, Putins e Cambuí. O esgoto coletado nos bairros adjacentes a essas bacias é direcionado à Estação de Tratamento de Esgotos Lavapés, que opera através do processo de Lodos Ativados com Oxigênio Puro, onde o efluente é lançado no Ribeirão Cambuí.

A geração de lodo atual da ETE Lavapés é de trinta e sete toneladas dia lodo desaguado, caracterizado como Classe II (NBR 10004), sendo o destino final na Essencis, Engep, Vale Sol. Ambientais .

O subsistema Pararangaba contempla as bacias de esgotamentos formadas pelos Córregos Pararangaba, Lambari, Cajuru e Botujuru. O esgoto coletado nos bairros adjacentes a essas bacias é direcionado à Estação de Tratamento de Esgotos Pararangaba, que opera através do processo de Lodos Ativados com aeração prolongada onde o efluente é lançado no Rio Paraíba.

A geração de lodo atual da ETE Pararangaba é de 4,9 toneladas dia lodo desaguado com destino final na ETE Lavapés, caracterizado como Classe II (NBR 10004).

A área urbana do Distrito de São Francisco Xavier é atendida na sua totalidade por rede coletora de esgotos. Os esgotos coletados são direcionados até a Estação de Tratamento de Esgotos de mesmo nome do distrito. A estação opera através do

processo de Lodo Ativado, seguido de lagoa de polimento. O efluente é lançado no Rio do Peixe.

O lodo gerado na ETE passa pelo processo de digestão aeróbia e desidratação em leitos de secagem. A geração diária é de 45 Kg de lodo seco com destinação final na Essencis Eco Sistema e 1m³ de lodo pastoso/liquido com destino final na ETE Lavapés, caracterizado como Classe II (NBR 1004) e subclassificado como Lodo “A” (P503; CONAMA 357-05) com uso no solo.

Obras realizadas no período do contrato de programas:

- **2008- 2011 (ampliação do sistema de coleta de esgotos das regiões Sul e Norte)**

16 Estações Elevatórias de esgotos

38 km de coletores troncos

36 km de redes coletoras

- **2010 (região Sul)**

Elevatória Vidoca: reversão dos esgotos da Região sul para ETE Lavapés

- **2011- 2014**

Ampliação da Estação de Tratamento de Esgotos Lavapés (de 585 l/s para 1.168 l/s).

- **2011- 2014 (região Leste)**

Ampliação do sistema de coleta de esgotos da Região leste:

Construção da Estação de Tratamento de Esgotos Pararangaba, com capacidade para: 404 l/s

10 Estações Elevatórias de esgotos

38 km de coletores troncos

25 km de redes coletoras